

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Janeiro de 2020

© 2020 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º andar

CEP: 70043-900 Brasília/DF

Tel.: (61) 3218-2167

Fax.: (61) 3218-2976

www.agricultura.gov.br

e-mail: spa@agricultura.gov.br

Coordenação Editorial: Mapa

Impresso no Brasil

1. CONTEXTO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

O Brasil tem um papel privilegiado no tratamento de dois grandes desafios globais: segurança alimentar e conservação de recursos naturais. Mais do que isso, ele tem a capacidade de responder simultaneamente a estes desafios.

Nos últimos 40 anos a agropecuária brasileira passou por profundas transformações. O Brasil passou de importador de alimentos a um dos maiores exportadores agrícolas do mundo. Neste período, a produção agrícola aumentou em 385% enquanto a área agrícola aumentou somente 32%. Este processo de transformação da agropecuária não é fruto do acaso. Ele é o resultado de décadas de inovação e desenvolvimento de uma agricultura adaptada aos trópicos, com contínuos ganhos de produtividade e intensificação da produção.

Esta realidade possibilitou ao Brasil tornar-se um ator importante na segurança alimentar global utilizando somente 30% de suas terras para a agricultura, ao passo que 66% do seu território ainda se encontra preservado com vegetação nativa.

A adoção de políticas voltadas para a proteção ambiental e o aumento da eficiência no uso do território tem um papel fundamental neste processo. O Brasil desenvolveu nas últimas décadas um arcabouço sólido de políticas públicas que garantiram a conciliação entre conservação e produção agrícola sustentável. Em especial, em 2012, o Brasil aprovou o Código Florestal, uma das legislações que melhor concilia a preservação ambiental com a produção agrícola nas propriedades rurais.

“O Brasil possui um vasto conjunto de políticas públicas para conservação ambiental e fomento à produção agrícola sustentável. Este arcabouço de políticas governamentais pode ser usado como elemento catalisador para promover um melhor uso das riquezas naturais e produtivos do país.”

A modernização da agricultura brasileira gerou importantes transformações sociais no Brasil, principalmente nos municípios do interior do país, sendo um indutor relevante de combate à pobreza, geração de renda e de empregos. Atualmente, em torno de 24% dos empregos no Brasil decorrem do agronegócio e o setor representa em torno de 25% do PIB Brasileiro. Estes dados demonstram a relevância da agricultura para o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira.

O Brasil tornou-se um ator importante no mercado internacional, principalmente por sua capacidade de produzir alimentos seguros no que diz respeito aos aspectos sanitários e com preços acessíveis. Os desafios para a nova década não se limitam ao aumento da produção em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos.

A capacidade da agricultura brasileira de garantir alimentos saudáveis e seguros, com respeito ao meio ambiente e com externalidades sociais positivas, projetam o Brasil como um líder do futuro no abastecimento de uma população crescente e com hábitos de consumo que valorizam a sustentabilidade, transparência, rastreabilidade e origem dos produtos.

2. OPORTUNIDADES PARA AVANÇAR NA AGENDA DA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

O Governo Brasileiro ampliou a importância da sustentabilidade na agropecuária brasileira incorporando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) competências e responsabilidades que estavam em outros Ministérios. A implementação do Código Florestal, a Política de Governança Fundiária, uma nova visão para a Agricultura Familiar e para a Assistência Técnica e a Extensão Rural, bem como a reincorporação da aquicultura e pesca ao MAPA permitem repensar as políticas e ações voltadas para a sustentabilidade de forma integrada e coordenada.

Diante desta nova estrutura administrativa e dos enormes desafios de aumentar o protagonismo da agricultura brasileira no cenário mundial, o MAPA desenvolveu o seu planejamento para o período entre 2020 e 2023, que tem como principal objetivo o fortalecimento de uma agricultura sustentável, eficiente e competitiva.

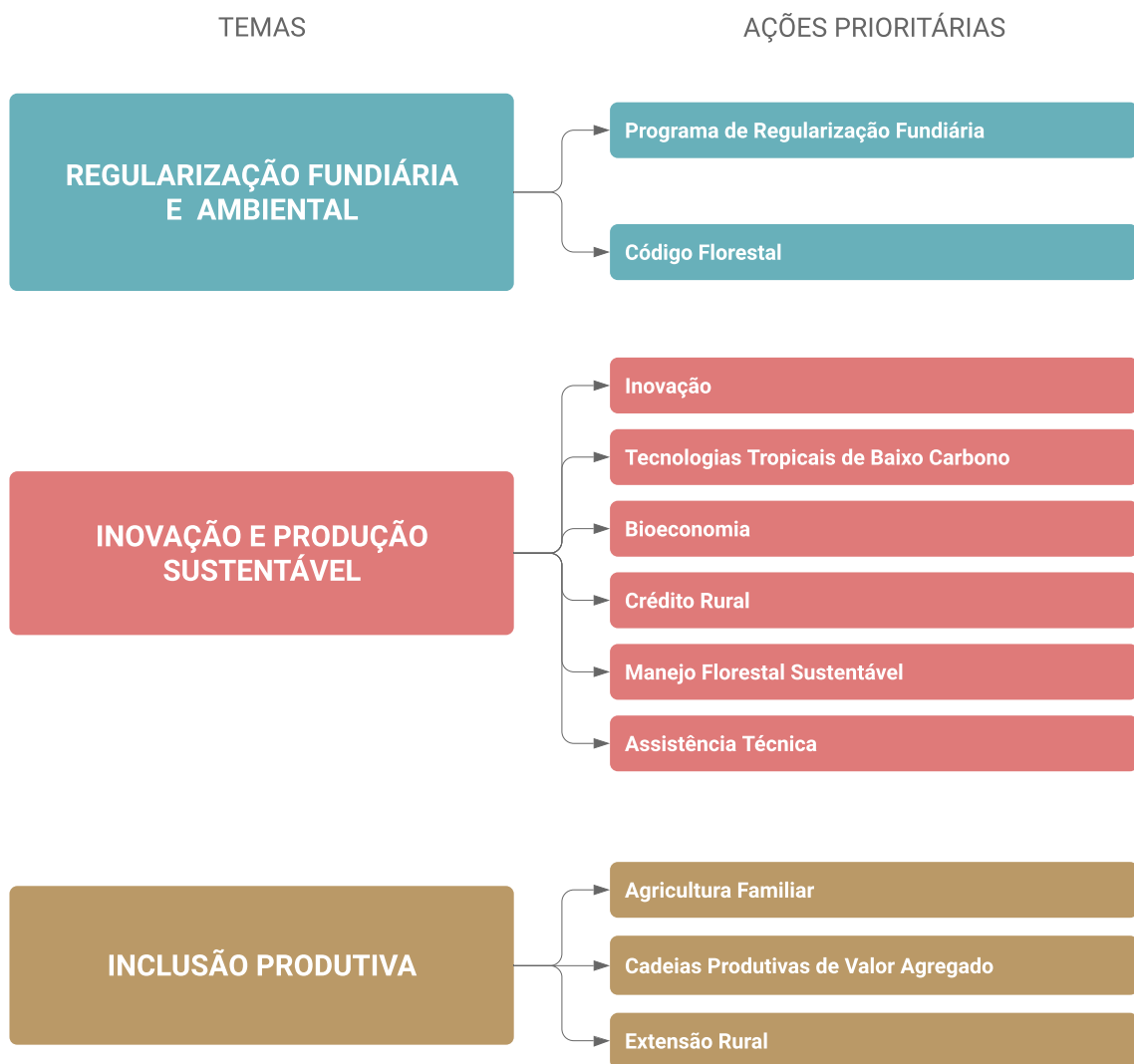
PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA BRASILEIRA

- Impulsionar a pesquisa e a disseminação de tecnologias agrícolas tropicais que garantam o aumento contínuo da produtividade alinhado à conservação ambiental;
- Implementar um processo robusto e efetivo de Governança e Regularização Fundiária para solucionar conflitos históricos em regiões sensíveis como a Amazônia;
- Avançar na implementação do Código Florestal e de instrumentos para auxiliar a regularização ambiental das propriedades rurais;
- Impulsionar instrumentos que gerem renda para a atividade de conservação ambiental, através do manejo florestal, do pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros;
- Estruturar novos instrumentos financeiros que ampliem os recursos para financiamento em modelos sustentáveis de produção, além de buscar um maior alinhamento das políticas públicas existentes;
- Garantir a inclusão dos pequenos, médios e agricultores familiares às cadeias de valor agregado, gerando renda e desenvolvimento econômico;
- Desenvolver cadeias produtivas da bioeconomia como forma de impulsionar uma economia de base renovável, através de produtos da sociobiodiversidade, bioinsumos, energias renováveis, entre outros; e
- Abrir novos mercados para os produtos agropecuários brasileiros e manter os existentes.

3. ATUAÇÃO DO MAPA PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

A atuação do MAPA para a sustentabilidade da agropecuária brasileira pode ser sintetizada em três temas norteadores que se desdobram em uma série de ações prioritárias de responsabilidade das Secretarias e das instituições vinculadas ao Ministério. A Figura 1 abaixo apresenta as ações prioritárias relacionadas aos temas norteadores:

Figura 1: Prioridades do MAPA para a sustentabilidade da agropecuária brasileira



3.1. Regularização Fundiária e Ambiental

A Governança Fundiária é a base para uma gestão e um ordenamento territorial efetivos e está diretamente relacionada à melhoria dos indicadores regionais de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com a recente reestruturação administrativa, as ações de Política Fundiária, bem como a implementação do Código Florestal tornaram-se de competência do MAPA. A conexão destas agendas e o fato de estarem sob a competência do mesmo órgão permite que a regularização fundiária, a regularização ambiental e a produção agropecuária sejam planejadas de forma mais estratégica e sinérgica.

Historicamente, as ações de Política Fundiária não foram capazes de solucionar os conflitos fundiários existentes no país, trazendo insegurança jurídica e desafios para regiões sensíveis como a Amazônia, por exemplo, cuja ocupação ocorreu sem planejamento, com parte expressiva da população vivendo em situação de pobreza.

O aperfeiçoamento da gestão da malha fundiária, a integração de bases de dados dos cadastros rurais, a intensificação na emissão de títulos definitivos de propriedade, combinados com a efetiva implementação do Código Florestal, será uma estratégia central do MAPA para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira e para garantir que uma parte expressiva da ilegalidade sobre a ocupação do território brasileiro seja solucionada.

As ações prioritárias relacionadas ao tema de Regularização Fundiária e Ambiental são:

Programa de Regularização Fundiária

- Intensificar o processo de titulação de terras como forma de garantir segurança jurídica para quem vive e produz no campo;
- Implementação do Programa Integrar Brasil Fundiário com objetivo de regularizar mais de 600 mil famílias em situação irregular;
- No âmbito do Programa Integrar Brasil Fundiário, promover uma ampla integração de dados cadastrais para a criação de um cadastro único com informações dos produtores e propriedades rurais;
- Garantir o acesso às políticas públicas de fomento e incentivo à produção através do processo de regularização fundiária;
- Contribuir com os órgãos de fiscalização para o combate à ilegalidade, à grilagem e à invasão de terras.

Código Florestal

- Garantir a implementação do Código Florestal como forma de conciliação entre produção e conservação;
- Avançar na implementação dos instrumentos de adequação ambiental, como o Programa de Regularização Ambiental -PRA;
- Agilizar o processo de análise e validação de mais de 6 milhões de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR de forma dinamizada;
- Implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais previstos na legislação, como as Cotas de Reserva Ambiental - CRA, como forma de valorar a vegetação nativa preservada nas propriedades rurais.

3.2. Inovação e Produção Sustentável

O Brasil desenvolveu um modelo de produção baseado em tecnologias tropicais sustentáveis que conciliam aumento da produtividade e geração de renda ao produtor com resiliência aos eventos climáticos e mitigação das emissões de carbono. Tais práticas agropecuárias sustentáveis, alinhadas à utilização de insumos de alta eficiência, melhoramento genético e políticas agrícolas, como o crédito e o seguro rural, foram fundamentais para a criação desta agricultura tropical de base sustentável.

A difusão em grande escala destas práticas agrícolas sustentáveis é um dos principais desafios a serem superados nos próximos anos. Nos últimos 10 anos, o Brasil atingiu expressivo avanço com o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), no âmbito da Política Nacional de Mudanças Climáticas. O Plano ABC resultou em uma intervenção de 59mi de hectares de tecnologias agrícolas sustentáveis, o que representa 25% das áreas ocupadas pela agropecuária brasileira, mediante um investimento de U\$ 7bi.

O Brasil conta com uma das maiores biodiversidades do mundo e com grande abundância de ativos naturais. Através da exploração destes recursos, o país tem sido capaz de desenvolver setores estratégicos da bioeconomia, como a produção de fibras, energias renováveis, prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos, produtos da sociobiodiversidade dos diversos biomas brasileiros, bioinsumos, entre outros, que permitirão ao Brasil ter uma economia de base renovável.

Para garantir a disseminação das tecnologias tropicais sustentáveis e o contínuo processo de inovação tecnológica para uma economia de base ainda mais renovável, é fundamental repensar o papel da Assistência Técnica e da Extensão Rural. Além disso, é extremamente importante buscar um melhor alinhamento e eventual reformulação dos instrumentos existentes de

financiamento da agropecuária brasileira, visando a valorização dos ativos ambientais, para o contínuo aperfeiçoamento e eficiência na agropecuária brasileira.

As ações prioritárias relacionadas ao tema de Inovação e Produção Sustentável são:

Inovação

- Incentivar e fortalecer a inovação tecnológica para garantir a sustentabilidade da produção agropecuária brasileira;
- Fomentar a criação de infraestrutura necessária para conectividade no campo;
- Repensar e reestruturar a Assistência Técnica para universalizar o serviço e fortalecer a disseminação das práticas agrícolas sustentáveis;
- Estruturar a Política Nacional para Recursos Genéticos;
- Fomentar polos regionais de inovação tecnológica para a sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Tecnologias Tropicais de Baixo Carbono

- Impulsionar a disseminação das práticas agropecuárias tropicais que garantam o aumento de produtividade, geração de renda, resiliência e mitigação das emissões de gases de efeito estufa;
- Fortalecer e ampliar o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC);
- Desenvolver e implementar modelos do Plano ABC adequado para os diferentes biomas brasileiros;
- Priorizar no âmbito da Assistência Técnica e da Extensão Rural as tecnologias tropicais sustentáveis previstas no Plano ABC;
- Estruturar e implementar a Política Nacional de Manejo e Conservação do Solo (PRONASOLOS) com objetivo de fomentar a adoção de boas práticas agropecuárias;
- Propagar tropicais sustentáveis adequadas aos diversos biomas brasileiros;
- Contribuir para a gestão eficiente dos recursos hídricos através do Programa Águas do Agro.

Bioeconomia

- Estruturar políticas públicas de fortalecimento da Bioeconomia;
- Incentivar segmentos da bioeconomia, como produtos da sociobiodiversidade dos biomas brasileiros, produção de fibras, energias renováveis, prestação de serviços ambientais e ecossistêmicos, bioinsumos, entre outros
- Publicar a Política Nacional de Bioinsumos como forma de incentivar a produção de insumos renováveis para agropecuária brasileira;
- Fortalecer o Programa Nacional de Biocombustíveis, RENOVABIO, o maior programa de descarbonização de setores da economia do mundo;
- Incentivar a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade para valoração dos ativos ambientais e culturais do país.

Crédito Rural

- Reestruturar o Crédito Rural tendo em vista a conjuntura de escassez de recursos públicos para financiamento da agropecuária brasileira;
- Incentivar a participação do mercado privado no financiamento do Crédito Rural;
- Estruturar novos instrumentos para financiamento da agropecuária brasileira principalmente de atividades sustentáveis como *green bonds* e *climate bonds*;
- Priorizar os recursos públicos do Crédito Rural para produtores rurais em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Priorizar os recursos do Crédito Rural para os produtores rurais com menor acesso a recursos no mercado privado;
- Elaborar os zoneamentos para a indução das políticas agrícolas de forma a garantir a sustentabilidade da atividade agropecuária nas diferentes regiões do país.

Manejo Florestal Sustentável

- Ampliar em 300% as áreas sobre Concessões Florestais para a prática de manejo florestal sustentável, nos próximos 4 anos, como alternativa para a valoração e a preservação das florestas nativas;
- Reestruturar as normas vigentes para trazer maior segurança jurídica e previsibilidade aos concessionários;
- Fomentar a pesquisa pública para incentivar o manejo florestal de base sustentável;
- Contribuir no combate à ilegalidade no comércio de madeira nativa.

Assistência Técnica

- Repensar e reestruturar a Assistência Técnica para universalizar o serviço e fortalecer a disseminação das práticas agrícolas sustentáveis;
- Reestruturar a Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER);
- Priorizar, no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural, as tecnologias tropicais sustentáveis, como as previstas no Plano ABC.

3.3. Inclusão Produtiva

O Brasil conta com mais de 5,07 milhões de propriedades rurais que possuem uma enorme diversidade social, econômica e cultural. Atualmente, existe uma grande concentração da produção agropecuária em um número reduzido de produtores. Dados do Censo Agropecuário do IBGE indicam que cerca de 400 mil propriedades representam 85% do valor bruto da produção agropecuária. Uma parte expressiva dos produtores rurais, principalmente pequenos, médios e familiares, encontra-se à margem do desenvolvimento ocorrido na agricultura brasileira.

Esta realidade precisa ser enfrentada através da adoção de políticas públicas que priorizem a geração de renda no campo, assegurem a inclusão destes nos mercados locais ou em cadeias globais de produção e, sobretudo, criem oportunidades que viabilizem a permanência das novas gerações na atividade. Torna-se necessário e urgente a adoção de ações para a inclusão destes produtores na produção comercial, com o fortalecimento do cooperativismo e de outras formas de organização, a disseminação de tecnologias, o acesso às políticas de crédito e ao seguro rural, e através de alternativas para a agregação de valor e a diversificação da produção.

Ações para o incentivo e fomento à produção de valor agregado e diferenciação da pauta produtiva, como através de produtos da sociobiodiversidade, serão priorizadas. Em 2019,

foi publicado o selo para certificação da produção artesanal, selo ARTE, com o objetivo de incentivar a produção agrícola de pequena escala, agregando valor e gerando renda, principalmente aos pequenos, médios e agricultores familiares, e para a inserção destes produtores nas cadeias produtivas de valor agregado.

Diversas ações estão sendo cogitadas pelo MAPA no âmbito da defesa agropecuária, da política agrícola e da assistência técnica que possibilitem a inclusão de produtores rurais nas cadeias produtivas de valor, seja pela produção comercial como pela diversificação produtiva, com o objetivo principal de gerar renda e combater a pobreza no campo.

As ações prioritárias relacionadas ao tema de Inclusão Produtiva são:

Agricultura Familiar

- Repensar as políticas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar para que a geração de renda, a diversificação da pauta produtiva e a agregação de valor na produção sejam priorizados dentre as políticas públicas para esta parcela de produtores rurais;
- Garantir a inserção destes produtores rurais nas cadeias produtivas de valor agregado, bem como em segmentos estratégicos da bioeconomia, produção sustentável entre outros;
- Garantir o acesso às novas tecnologias, através da conectividade no campo, pelos serviços de ATER, entre outros, para que estes produtores não fiquem à margem da inovação tecnológica.

Cadeias Produtivas de Valor Agregado

- Fortalecer as cadeias produtivas de valor agregado como uma alternativa para a diversificação da produção agropecuária brasileira;
- Fortalecer a Defesa Agropecuária como garantia de alimentos saudáveis e acessíveis e, ao mesmo tempo, modernizar normas vigentes que incentivem a diversificação da produção;
- Incentivar modelos produtivos de valor agregado, como através da publicação, em 2019, do selo ARTE, para produtos produzidos de forma artesanal;
- Fomentar as cadeias de orgânicos, biodinâmicos, entre outros, como forma de agregação de valor e geração de renda aos produtores rurais.

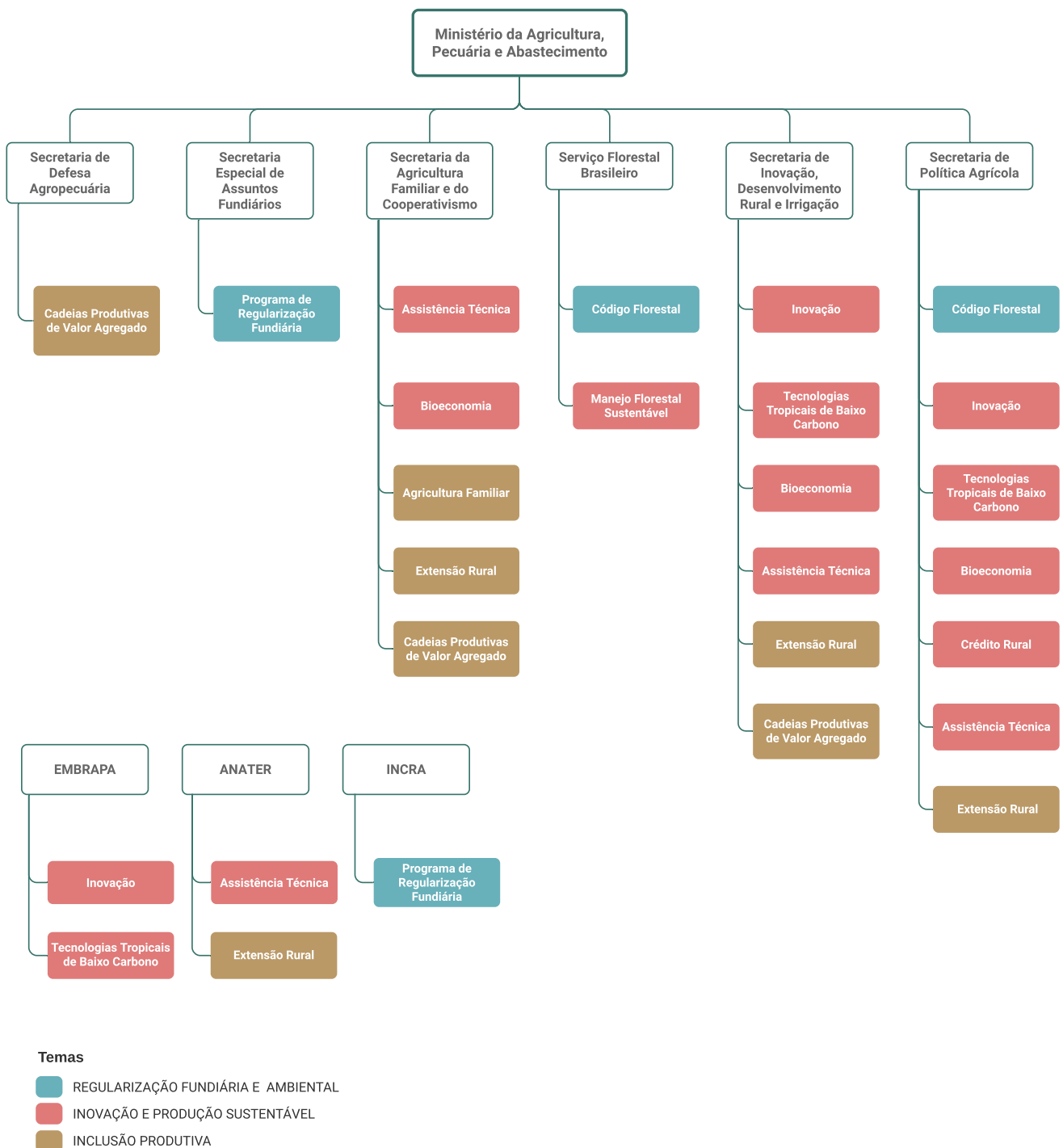
Extensão Rural

- Revisão da política de Extensão Rural com finalidade distinta da Assistência Técnica;
- Priorizar ações visando o desenvolvimento social dos produtores rurais em situação de pobreza;
- Garantir que a Extensão Rural atue para que os produtores rurais sejam incluídos nas políticas e programas de fomento ao desenvolvimento social;
- Direcionar a Extensão Rural para auxiliar os produtores a se adequarem às normas e exigências legais.

4. DESENHO INSTITUCIONAL DA ESTRATÉGIA DO MAPA

As ações prioritárias acima descritas são de responsabilidade de diversas Secretarias do MAPA e refletem a reestruturação administrativa do atual Governo. A Figura 2 abaixo apresenta a distribuição da agenda entre as diversas Secretarias e órgãos vinculados ao MAPA, identificando os responsáveis pela implementação de cada uma das ações prioritárias.

Figura 2: Desenho institucional da estratégia do MAPA para a sustentabilidade da agropecuária brasileira



APOIO FINANCEIRO

Deutsche Gesellschaft für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ)

APOIO TÉCNICO

Climate Policy Initiative/ Núcleo de Avaliação de
Políticas Climáticas da PUC-Rio (CPI/ NAPC PUC-Rio)

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL